

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

(EDL)

“CÁVADO COM...VIDA!”

- 2030 -

1. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

No âmbito da implementação do PRODER, o território do GAL ATAHCA abrangia as freguesias do concelho de Braga, limítrofes ao concelho da Póvoa de Lanhoso e Amares, todas de características marcadamente rurais, a saber: Espinho, Pedralva, Sobreposta, Crespos, Pousada, Este São Mamede, Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra.

Na implementação do PDR2020, e decorrente da reorganização administrativa, o território de intervenção integrou as freguesias de Braga: Adaúfe, Espinho, Mire de Tibães, Padim da Graça, Pedralva, Priscos, Ruilhe, Sobreposta, Tadin, Tebosa, União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), União das freguesias de Crespos e Pousada, União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, União das freguesias de Vilaça e Fradelos e as freguesias de Esposende: Forjães, União das freguesias de Palmeira de Faro e Curvos e Vila Chã. Este alargamento a novas freguesias decorreu das suas características rurais e do peso da agricultura nas mesmas.

No presente período de programação, PEPAC, considerando que o nosso território corresponde na sua totalidade com a NUT III da CIM do Cávado, e que pode ser alargado desde que devidamente justificado, propomos a integração de freguesias que não constam do mapa rural, nos concelhos de Braga e Esposende, que mesmo não estando classificadas como rurais têm as mesmas características ou são mais rurais do que outras que têm essa classificação.

Neste contexto e de modo a estabelecermos uma mancha rural homogénea que se estende ao longo da linha estrutural territorial no sentido Nordeste e Sudoeste, propõe-se excecionalmente alargar o território a um conjunto de 34 freguesias de exceção dos concelhos Braga (26) e Esposende (8), abrangendo uma população de 76.976 habitantes e uma área territorial de 214,45 km². A população destas freguesias não reside em aglomerados urbanos, sendo as habitações dispersas, inseridas na sua maioria em pequenos assentos de lavoura, característica dos territórios de minifúndio como é o caso do Cávado.

Estamos na presença de freguesias marcadamente rurais conforme se comprova pela área de Superfície Agrícola Utilizada (5074 hectares) a qual representa 18% da SAU do território do Cávado, assim como pelo número de explorações agrícolas (1790) que corresponde a 26% do total de explorações agrícolas desta NUT III.

O território de Braga a incluir, caracteriza-se por núcleos populacionais com menos de 2000 habitantes, e uma variação da população residente de -1,44%, apresenta um acréscimo da SAU e número de explorações agrícolas entre os anos de 2009 e 2019 na ordem dos 5%, verifica-se ainda que a População Agrícola familiar é de cerca de 6%. Quanto ao território de Esposende a considerar, verificam-se núcleos populacionais com menos de 2000 habitantes, e uma variação da população residente de -1,18%, apresenta um acréscimo da SAU e número de explorações agrícolas entre os anos de 2009 e 2019 na ordem dos 15 e 8,50% respetivamente, verifica-se ainda que a População Agrícola familiar é de cerca de 8,75%.

Estas freguesias de exceção agora propostas, comparativamente com o restante território rural do Cávado, aumentaram a SAU e o número de explorações, o que demonstra um maior investimento na agricultura e desenvolvimento rural. Se analisarmos a SAU média por exploração, no território do Cávado proposto é de 4,20 ha, sendo 2,90 em Amares, 4,30 Barcelos,

3,10 Braga, 2,40 Esposende, 9,70 Terras de Bouro e 2,80 Vila Verde. Se compararmos os concelhos rurais de Amares e Vila Verde, verifica-se que a estrutura fundiária é em tudo semelhante aos concelhos não rurais. Trata-se de um território de minifúndio, com características marcadamente rurais, onde são excluídas as freguesias que correspondem aos centros urbanos (cidade) habitantes, com uma densidade populacional de 204,15 habitantes/km² e uma variação da população de - 3,07%.

Considera-se estarem reunidas todas as condições para que seja aceite este território com as freguesias de exceção, que corresponde a uma população de 237 073, porque constitui um território homogéneo de características morfológicas, agronómicas e fenológicas de espécies vegetais semelhantes, com estruturas agrárias idênticas e instituições corporativas comuns. Estes como muitos outros aspetos são razão suficiente para que não se excluam as freguesias propostas devidos às características semelhantes e à importância que têm para a dinamização rural de território do Cávado. A população e as entidades públicas e privadas sediadas no território nunca entenderam os motivos porque se discriminavam freguesias com características e modos de vida semelhantes.

Unidade Territorial	Freguesias integradas	População				
		Superfície (km ²)	Pop. Residente 2011	Pop. Residente 2021	Densidade Pop. 2021	Variação Pop. 2011/2021 (%)
Cávado - NUT III	170	1244,87	410169	416652	334,70	1,58%
Cávado - ZI - Proposta	154	1161	244585	237076	204,15	-3,07%
Amares	16	81,99	18889	18595	226,80	-1,56%
Barreiros		2,99	760	739	247,16	-2,76%
Bico		2,29	777	816	356,33	5,02%
Bouro (Santa Maria)		6,92	760	659	95,23	-13,29%
Bouro (Santa Marta)		9,5	490	427	44,95	-12,86%
Caires		4,72	868	878	186,02	1,15%
Carrzedo		2,71	732	723	266,79	-1,23%
Dornelas		3,39	508	510	150,44	0,39%
Fiscal		3,9	718	712	182,56	-0,84%
Goães		3,03	557	490	161,72	-12,03%
Lago		3,99	1910	1824	457,14	-4,50%
Rendufe		3,06	1124	1080	352,94	-3,91%
União das freguesias de Amares e Figueiredo		4,56	2654	2767	606,80	4,26%
União das freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos		11,38	1187	1125	98,86	-5,22%
União das freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros		7,34	4573	4728	644,14	3,39%
União das freguesias de Torre e Portela		3,6	626	563	156,39	-10,06%
União das freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas		8,61	645	554	64,34	-14,11%

Unidade Territorial	Freguesias integradas	População				
		Superfície (km2)	Pop. Residente 2011	Pop. Residente 2021	Densidade Pop. 2021	Varição Pop. 2011/2021 (%)
Barcelos	61	379,24	120391	116766	307,89	-3,01%
Barcelos freguesias a integrar	57	360,05	92517	88702	246,36	-4,12%
Abade de Neiva		7,5	2024	2009	267,87	-0,74%
Aborim		6,18	891	827	133,82	-7,18%
Adães		2,69	790	755	280,67	-4,43%
Airó		3,02	913	883	292,38	-3,29%
Aldreu		4,8	904	795	165,63	-12,06%
Areias		2,51	1014	1026	408,76	1,18%
Balugães		2,73	841	787	288,28	-6,42%
Barqueiros		8,07	1957	1916	237,42	-2,10%
Cambeses		3,31	1300	1236	373,41	-4,92%
Carapeços		8,12	2277	2168	267,00	-4,79%
Carvalhal		2,58	1391	1233	477,91	-11,36%
Carvalhas		3,5	691	692	197,71	0,14%
Cossourado		6,44	825	758	117,70	-8,12%
Cristelo		7,72	1875	1657	214,64	-11,63%
Fornelos		4,29	803	803	187,18	0,00%
Fragoso		12,59	2193	2069	164,34	-5,65%
Galegos (Santa Maria)		4,59	2987	2848	620,48	-4,65%
Galegos (São Martinho)		3,12	1930	1842	590,38	-4,56%
Gilmonde		5,58	1516	1497	268,28	-1,25%
Lama		3,27	1271	1164	355,96	-8,42%
Lijó		4,42	2306	2425	548,64	5,16%
Macieira de Rates		7,85	2083	1907	242,93	-8,45%
Manhente		3,91	1703	1705	436,06	0,12%
Martim		5,32	2375	2051	385,53	-13,64%
Moure		2,54	925	921	362,60	-0,43%
Oliveira		5,46	1004	986	180,59	-1,79%
Palme		8,32	1073	1045	125,60	-2,61%
Panque		6,29	680	631	100,32	-7,21%
Paradela		8,36	850	789	94,38	-7,18%
Pereira		3,85	1318	1241	322,34	-5,84%
Perelhal		6,8	1749	1700	250,00	-2,80%
Pousa		6,63	2272	2218	334,54	-2,38%
Remelhe		6,12	1309	1280	209,15	-2,22%
Rio Covo (Santa Eugénia)		3,13	1483	1556	497,12	4,92%
Roriz		6,53	2152	2021	309,49	-6,09%
Silva		2,18	913	900	412,84	-1,42%
Tamel (São Veríssimo)		3,33	3025	2915	875,38	-3,64%
Ucha		4,27	1420	1418	332,08	-0,14%
União das freguesias de Alheira e Igreja Nova		10,17	1456	1347	132,45	-7,49%
União das freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto		8,54	1438	1446	169,32	0,56%
União das freguesias de Areias de Vilar e Encourados		10,17	1879	1740	171,09	-7,40%
União das freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)		4,81	1521	1509	313,72	-0,79%
União das freguesias de Carreira e Fonte Coberta		5,29	2033	2022	382,23	-0,54%
União das freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueiral		16,09	2568	2454	152,52	-4,44%
União das freguesias de Creixomil e Mariz		6,98	1208	1112	159,31	-7,95%
União das freguesias de Durrães e Tregosa		6,73	1409	1379	204,90	-2,13%
União das freguesias de Gamil e Midões		5,84	1386	1377	235,79	-0,65%
União das freguesias de Milhazes, Vilar de Figs e Faria		12,14	2066	1993	164,17	-3,53%
União das freguesias de Negreiros e Chavão		6,96	2364	2203	316,52	-6,81%
União das freguesias de Quintiães e Aguiar		7,36	1190	1080	146,74	-9,24%
União das freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)		6,34	1916	1808	285,17	-5,64%
União das freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)		8,23	2151	2098	254,92	-2,46%
União das freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte		11,06	1420	1269	114,74	-10,63%
União das freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães		12,4	3814	3744	301,94	-1,84%
União das freguesias de Vila Cova e Feitos		15,73	2564	2449	155,69	-4,49%
Várzea		2,95	1904	1934	655,59	1,58%
Vila Seca		4,34	1197	1064	245,16	-11,11%

Unidade Territorial	Freguesias integradas	População				
		Superfície (km2)	Pop. Residente 2011	Pop. Residente 2021	Densidade Pop. 2021	Variação Pop. 2011/2021 (%)
Braga	37	183,44	181494	193349	1054,02	6,53%
Braga freguesias a integrar	26	136,34	54895	54106	396,85	-1,44%
Adaúfe		10,81	3711	3587	331,82	-3,34%
Espinho		4,48	1181	1057	235,94	-10,50%
Esporões		4,74	1709	1713	361,39	0,23%
Figueiredo		2,03	1198	1150	566,50	-4,01%
Lamas		1,25	842	852	681,60	1,19%
Mire de Tibães		4,36	2437	2344	537,61	-3,82%
Padim da Graça		3,39	1521	1416	417,70	-6,90%
Palmeira		8,88	5468	5700	641,89	4,24%
Pedralva		8,07	1110	1060	131,35	-4,50%
Priscos		3,65	1341	1256	344,11	-6,34%
Ruilhe		2,2	1142	1110	504,55	-2,80%
Sequeira		4,35	1811	1741	400,23	-3,87%
Sobreposta		5,98	1301	1267	211,87	-2,61%
Tadim		2,68	1143	1267	472,76	10,85%
Tebosa		2,59	1129	1081	417,37	-4,25%
União das freguesias de Arentim e Cunha		5,72	1530	1406	245,80	-8,10%
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)		4,79	2165	2082	434,66	-3,83%
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro		7,56	6671	6742	891,80	1,06%
União das freguesias de Crespos e Pousada		7,34	1347	1231	167,71	-8,61%
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)		8,04	1864	1823	226,74	-2,20%
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)		9,8	3837	4066	414,90	5,97%
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)		4,71	1053	1072	227,60	1,80%
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães		5,36	5363	5258	980,97	-1,96%
União das freguesias de Morreira e Trandeiras		4,54	1447	1364	300,44	-5,74%
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra		6,22	994	909	146,14	-8,55%
União das freguesias de Vilaça e Fradelos		2,8	1580	1552	554,29	-1,77%

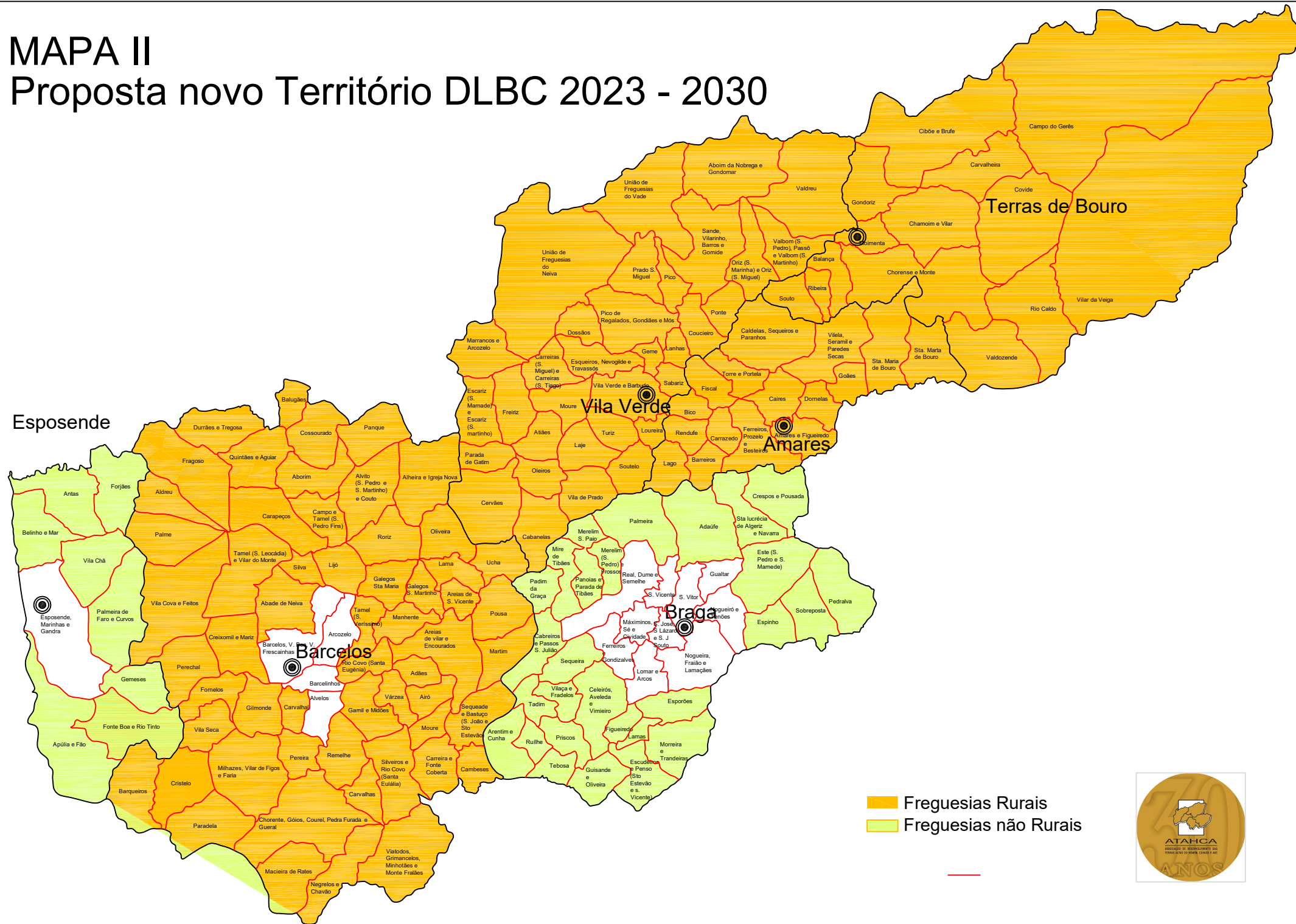
Unidade Territorial	Freguesias integradas	População				
		Superfície (km2)	Pop. Residente 2011	Pop. Residente 2021	Densidade Pop. 2021	Variação Pop. 2011/2021 (%)
Esposende	9	95,42	34254	35138	368,25	2,58%
Esposende freguesias a integrar	8	78,11	23143	22870	292,79	-1,18%
Antas		9,07	2221	2178	240,13	-1,94%
Forjães		8,31	2767	2646	318,41	-4,37%
Gemeses		5,57	1078	1113	199,82	3,25%
União das freguesias de Apúlia e Fão		16,29	7301	7847	481,71	7,48%
União das freguesias de Belinho e Mar		8,95	3199	2896	323,58	-9,47%
União das freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto		10,38	1944	1838	177,07	-5,45%
União das freguesias de Palmeira de Faro e Curvos		11,04	3214	3097	280,53	-3,64%
Vila Chã		8,5	1419	1255	147,65	-11,56%

Unidade Territorial	Freguesias integradas	População				
		Superfície (km2)	Pop. Residente 2011	Pop. Residente 2021	Densidade Pop. 2021	Variação Pop. 2011/2021 (%)
Terras de Bouro	14	277,58	7253	6358	22,91	-12,34%
Balança		4,45	341	307	68,99	-9,97%
Campo do Gerês		62,38	162	149	2,39	-8,02%
Carvalheira		9,93	386	292	29,41	-24,35%
Covide		19,87	343	273	13,74	-20,41%
Gondoriz		8,38	295	296	35,32	0,34%
Moimenta		3,05	741	783	256,72	5,67%
Ribeira		2,44	242	212	86,89	-12,40%
Rio Caldo		11,64	892	770	66,15	-13,68%
Souto		3,98	494	461	115,83	-6,68%
União das freguesias de Chamoim e Vilar		12,57	440	349	27,76	-20,68%
União das freguesias de Choreense e Monte		20,26	580	538	26,55	-7,24%
União das freguesias de Cibões e Brufe		24,03	421	304	12,65	-27,79%
Valdosende		10,96	630	550	50,18	-12,70%
Vilar da Veiga		83,64	1286	1074	12,84	-16,49%

Unidade Territorial	Freguesias integradas	População				
		Superfície (km ²)	Pop. Residente 2011	Pop. Residente 2021	Densidade Pop. 2021	Variação Pop. 2011/2021 (%)
Vila Verde	33	227,2	47888	46445	204,42	-3,01%
Aboim da Nóbrega e Gondomar		14,75	1058	902	61,15	-14,74%
Atiães		3,67	520	547	149,05	5,19%
Cabanelas		6,21	2102	1973	317,71	-6,14%
Cervães		9,63	1981	1856	192,73	-6,31%
Couceiro		4,21	531	526	124,94	-0,94%
Dossãos		3,94	500	424	107,61	-15,20%
Freiriz		5,74	1099	1056	183,97	-3,91%
Gême		2,47	551	521	210,93	-5,44%
Lage		4,87	2895	3054	627,10	5,49%
Lanhas		1,83	581	654	357,38	12,56%
Loureira		1,87	1152	1104	590,37	-4,17%
Moure		4,67	1421	1378	295,07	-3,03%
Oleiros		3,74	1169	1189	317,91	1,71%
Parada de Gatim		4,39	793	707	161,05	-10,84%
Pico		2,05	610	516	251,71	-15,41%
Ponte		3,22	483	452	140,37	-6,42%
Prado (São Miguel)		5,35	717	653	122,06	-8,93%
Sabariz		1,58	443	448	283,54	1,13%
Soutelo		4,71	2102	2124	450,96	1,05%
Turiz		3	1746	1866	622,00	6,87%
União das freguesias da Ribeira do Neiva		33,59	3807	3360	100,03	-11,74%
União das freguesias de Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago)		4,41	930	832	188,66	-10,54%
União das freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho)		5,14	749	744	144,75	-0,67%
União das freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós		4,41	1035	922	209,07	-10,92%
União das freguesias de Marrancos e Arcozelo		6,96	909	823	118,25	-9,46%
União das freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel)		5,95	571	509	85,55	-10,86%
União das freguesias de Pico de Regalados, Gondães e Mós		9,38	1515	1553	165,57	2,51%
União das freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide		12,65	1564	1411	111,54	-9,78%
União das freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)		6,37	642	595	93,41	-7,32%
União das freguesias do Vade		16,13	1677	1453	90,08	-13,36%
Valdreu		16,69	516	434	26,00	-15,89%
Vila de Prado		5,6	4472	4482	800,36	0,22%
Vila Verde e Barbudo		8,02	7047	7377	919,83	4,68%

MAPA II

Proposta novo Território DLBC 2023 - 2030



2. MODELO DE GOVERNANÇA DA PARCERIA

A entidade proponente da Parceria “CÁVADO COM...VIDA!” é a ATAHCA

O modelo organizacional e de governação da Parceria “CÁVADO COM...VIDA!” foi desenhado de forma consistente com as orientações preconizadas pelo modelo de DLBC2, nomeadamente aprofundar as experiências de diversificação de economias sustentáveis de base rural através do empreendedorismo, da promoção do emprego (sustentável e com qualidade) e da integração territorial.

O modelo de governança da Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”, integra os seguintes elementos (alinhados com os 7 princípios da “abordagem Leader”):

1. **ABORDAGEM ASCENDENTE (BOTTOM-UP).** Os atores locais (população, grupos de interesse económico e social, e instituições públicas e privadas representativas do território) assumem a liderança e participam na tomada de decisões no que respeita à estratégia e à seleção das prioridades a prosseguir no seu território.
2. **ABORDAGEM MULTISSETORIAL INTEGRADA.** Estratégia de Desenvolvimento Local de base multissetorial integrando todos os setores e atividades.
3. **PARCERIA.** Concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos e privados responsáveis por desenhar e implementar uma estratégia de desenvolvimento local, tomar decisões sobre a atribuição dos seus recursos financeiros e gerir esses mesmos recursos.
4. **TERRITÓRIO.** Território homogéneo e socialmente coerente, caracterizado por tradições comuns, identidade local, sentimento de pertença e com necessidades e expectativas comuns, com massa crítica suficiente em termos de recursos humanos, financeiros e económicos para identificar os principais desafios que afetam o desenvolvimento sustentável e para poder definir uma adequada estratégia de desenvolvimento local.
5. **TRABALHO EM REDE.** Intercâmbio de resultados, experiências e saber-fazer entre GAL, administração regional, nacional ou europeia e todos os stakeholders relevantes, nomeadamente para a transferência de boas práticas e divulgação da inovação e ensinamentos do desenvolvimento local.
6. **INOVAÇÃO.** Estímulo a abordagens novas e inovadoras para o desenvolvimento local. A inovação deve ser entendida em sentido lato, podendo significar a introdução de um novo produto, um novo processo, uma nova organização ou um novo mercado.
7. **COOPERAÇÃO.** Estímulo para a cooperação entre diferentes territórios e parcerias, valorizando complementaridades e dando resposta a desafios e problemáticas comuns e valorização das complementaridades entre diferentes territórios ao nível regional, nacional, europeu ou mesmo em países terceiros.

A Figura 1 representa o modelo organizacional e de governação da Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”. Constituiu-se:

- Assembleia Geral de Parceiros;
- Conselho Consultivo de Parceiros;
- Órgão de Gestão;

- Equipa Técnica Local (ETL) gerida por um Coordenador.

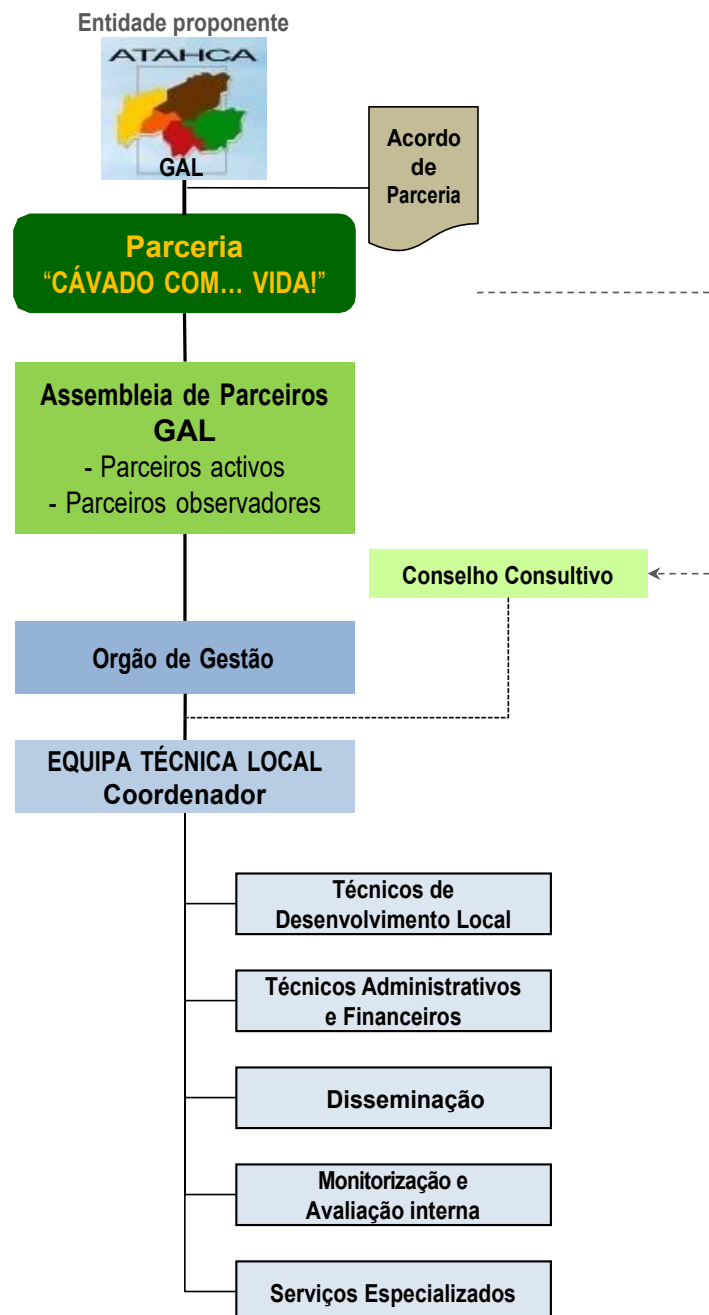


Figura 1 – Modelo Organizacional e de Governança

2.1 DESCRITIVO FUNCIONAL E CIRCUITO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

A **Assembleia Geral de Parceiros (AG)** é um órgão de análise, discussão e com poder deliberativo, que participará na construção das estratégias de desenvolvimento integrado de todo o território de intervenção, que decidirá sobre as propostas apresentadas pelo Órgão de Gestão, aprovará os Regulamentos Específicos e o Manual da Qualidade para a implementação da EDL para o Cávado no âmbito da DLBC. Terá ainda participação ativa nas dinâmicas territoriais.

A AG integra dois tipos de parceiros: parceiros activos e parceiros observadores. Os parceiros observadores apresentam perfil individual (sem actividade económica, mas considerados relevantes como agentes de desenvolvimento local). O poder deliberativo estará consignado aos parceiros activos.

Esta AG de Parceiros reunirá no mínimo duas vezes por ano, de acordo com os estatutos do GAL ATAHCA ou extraordinariamente, sempre que necessário.

O **Conselho Consultivo de Parceiros (CC)** é um órgão consultivo, que será composto por instituições privadas e públicas com intervenção nacional, regional ou local, que tenham intervenção transversal e global sobre áreas específicas e relevantes para a implementação da EDL. É composto por instituições que foram identificadas e propostas em fase de Pré-Qualificação da DLBC ou outras que possam vir a tornar-se relevantes na fase de implementação da EDL, pela sua especificidade ou área de conhecimento. O CC de Parceiros pode ser convidado pelo OG, AG ou pela Direção a pronunciar-se, sobre as áreas onde tenham intervenção, emitindo parecer em função do solicitado.

Este Conselho reunirá trimestralmente e extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões serão convocadas com, pelo menos, 8 dias de antecedência. Este conselho será composto por todas as entidades que assinaram o acordo de parceria territorial e ficha de adesão de entidade parceira.

O **Órgão de Gestão (OG)** é um órgão executivo das decisões da AG de Parceiros. Compete a este órgão, em termos gerais, decidir sobre a abertura de concursos, análise e aprovação de projetos apresentados no âmbito da EDL, solicitar parecer ao CC de Parceiros, convocar as reuniões do CC de Parceiros, criação de regulamentos e manuais para aprovação pela AG de Parceiros, gestão dos recursos e definição de políticas de dinamização do território. Este órgão reunirá com periodicidade mensal, ou outra que venha a ser decidida, em função das suas atribuições. De forma mais específica, são competências do OG:

- a) Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
- b) Decidir, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre os pedidos de apoio apresentados pelos promotores em conformidade com os regulamentos de aplicação, de acordo com as orientações técnicas definidas pela autoridade de gestão;
- c) Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos colocados à sua disposição;
- d) Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- e) Aprovar o **Manual da Qualidade** proposto pela ETL, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas da autoridade de gestão;
- f) Apresentar à autoridade de gestão os pedidos de apoio e pedidos de pagamento, no âmbito das respetivas medidas;
- g) Elaborar e submeter à aprovação da autoridade de gestão as propostas dos avisos de abertura de concursos referentes às respetivas medidas;
- h) Definir os critérios de seleção a aplicar, no âmbito das respetivas medidas, em

conformidade com os respectivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos definidos na EDL;

- i) Aprovar os relatórios de execução anual da EDL.

A **Equipa Técnica Local (ETL)** é a equipa técnica de apoio ao OG do GAL, sendo liderada por um Coordenador. A sua composição é multidisciplinar, predominando a formação nas áreas relacionadas com os Eixos Temáticos da EDL. A ETL está na dependência hierárquica do OG, não podendo os seus membros integrar aquele órgão. Serão responsabilidades da ETL³:

- a) Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e critérios de seleção definidos para cada concurso;
- b) Analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos pedidos de apoio aprovados, verificando a sua elegibilidade;
- c) Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas e ações, bem como sobre a execução da EDL, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para estudos de avaliação estratégica e operacional;
- d) Assegurar os procedimentos necessários à realização da monitorização e avaliação interna da EDL e preparar os relatórios de execução.

Competências do Coordenador da ETL

Compete ao Coordenador da ETL:

- a) Participar nas reuniões do OG;
- b) Garantir o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão na sua componente técnica e operacional, gestão da equipa de forma eficaz e eficiente, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas pelo OG;
- c) Garantir cumprimento de todos os procedimentos técnico – administrativos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo dos pedidos de apoio;
- d) Assegurar o princípio da segregação de funções;
- e) Validar os Pareceres Técnicos e respetiva apresentação ao OG;

O princípio da segregação de funções será devidamente assegurado na medida em que haverá a separação entre a análise dos pedidos de apoio e o respetivo acompanhamento e controlo, pelo que o responsável pela análise de um pedido de apoio nunca fará o acompanhamento e controlo, ficando essa função atribuída a outro técnico da ETL.

2.2 GOVERNANÇA

O modelo de governação da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** é parte integrante do modelo organizacional descrito no ponto anterior e acrescenta-lhe o valor inerente às opções acordadas entre os parceiros quanto à melhor forma de incorporar na gestão da parceria o espírito *bottom-up*, herdeira da abordagem Leader.

Acordo de Parceria

O **Acordo de Parceria (AP)** é o documento, cuja ratificação simboliza a adesão dos diferentes parceiros a uma EDL a ser gerida de acordo com os 7 princípios da abordagem Leader referidos anteriormente.

Conselho Consultivo de Parceiros (CC)

O Órgão **CC de Parceiros** apresenta uma importância decisiva na materialização da gestão participativa da EDL. O circuito de procedimentos previsto entre o OG do GAL e o CC, em que este último emite pareceres quanto às principais decisões do primeiro é a primeira garantia de envolvimento e participação ativa e relevante dos parceiros na EDL.

Como segunda dimensão de gestão participativa, as entidades e personalidades que integram o CC constituirão a base para as atividades de acompanhamento, monitorização e avaliação interna da EDL.

3. DESAFIOS DA MACRO ESTRATÉGIA

Decorrido este percurso de 32 anos, percorrido pelo Grupo de Acção Local (GAL) da ATAHCA, a experimentar o desenvolvimento local em meio rural no território do Cávado, o qual contemplou cinco fases distintas : LEADER; LEADER II, LEADER+ , Abordagem LEADER – PRODER e DLBC – PDR 2020, todas elas denotando uma constante evolução, nos problemas enfrentados, na forma de encontrar soluções e pensar o desenvolvimento, na sua operacionalização no terreno, na capacidade de resposta dos seus destinatários e na natureza diversificada de um vasto conjunto de iniciativas que emergiram deste processo. Foi possível alargar horizontes e sensibilizar e integrar de uma forma dinâmica para o desenvolvimento local, um número cada vez maior de atores locais, numa lógica de parceria ativa, incentivando o aparecimento de algumas respostas inovadoras para alguns dos problemas do território rural, mas funcionando sempre numa lógica de experimentação contínua de novas formas de satisfazer as necessidades locais.

A auscultação aos agentes locais do território realizada, tendo em consideração as seguintes dimensões temáticas: Território; Ambiente; Sustentabilidade; População; Acção Social; Inclusão e Governança; Turismo; Economia e Emprego; Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural; Recursos Endógenos e Culturais, quer através de workshops colaborativos, quer de um questionário de diagnóstico, permitiu visitar e actualizar a análise swot anteriormente em vigor, tendo resultado desse exercício de reflexão conjunta, que no território do Cávado, apesar destes vários quadros comunitários de apoio, dos recursos financeiros alocados e dos projectos e iniciativas dinamizados, persiste um grave problema estrutural de envelhecimento da população, em alguns casos com perdas de população acima dos 10% (2011-2021), traduzido num processo de despovoamento das freguesias situadas em zona de meia-encosta e de montanha, não apenas de recursos humanos, mas também de dinamização económica e de bens e serviços de apoio às populações, levantando várias questões relacionadas com os desafios que os territórios rurais enfrentam, e que para além do envelhecimento e despovoamento já

indicados, se acrescentam o da necessidade da dinamização de uma agricultura mais sustentável, inovadora e resiliente às alterações climáticas, produtora de alimentos seguros e saudáveis, comercializados e consumidos em circuito curto, integradora de outros sectores e actividades económicas numa lógica de promoção da coesão e inclusão social.

As freguesias mais urbanas e próximas do litoral, estão cada vez mais desenvolvidas, concentrando no seu território um elevado número de pessoas, empresas e serviços, enquanto que o interior se vê a braços dados com a baixa densidade e falta de apoio e recursos. Neste contexto, mantém-se a necessidade de valorização do desenvolvimento local integrado, com base nos activos territoriais disponíveis no território, de modo a tornarem-se cada vez mais resilientes e atrativos à dinamização de investimento, criação de emprego e fixação de população nas zonas mais ameaçadas de despovoamento.

A Estratégia agora proposta, tem como pano de fundo o crescimento sustentável, à luz do que são os ODS, o Pacto Ecológico Europeu e a Estratégia do Prado ao Prato, propondo medidas específicas de promoção e valorização dos recursos endógenos ou activos territoriais, com ênfase no papel principal assumido pela agricultura, como elemento agregador dos mesmos, identificando acções e actividades que sejam capazes de estimular projetos e iniciativas locais que apostem na sustentabilidade, na promoção do emprego, na capacitação, na inovação em meio rural, na inclusão, no reforço do trabalho de proximidade, colaborativo e em parceria e das actividades em cooperação.

A visão da EDL Rural 2030 para o Cávado, terá como foco determinante a Valorização Agrícola, Alimentar e Rural, assente no incremento da sua sustentabilidade e adaptação aos desafios das alterações climáticas, da digitalização e da economia circular, por via da modernização e qualificação das explorações agrícolas e da capacitação dos agricultores e outros agentes locais envolvidos, complementada pela dinamização do tecido socioeconómico, a partir da valorização dos activos rurais, numa lógica sustentável e implicando a participação de um número alargado e diversificado de agentes locais, consubstanciado numa parceria territorial representativa, ativa e participativa, assente na prossecução de 6 Enfoques Temáticos/Desafios nos quais se estrutura a Macro Estratégia que a seguir se apresenta.

EDL “CÁVADO COM...VIDA!” 2030

- DESAFIOS DA MACRO ESTRATÉGIA -

ENFOQUES TEMÁTICOS	OBJECTIVOS	NECESSIDADES PRINCIPAIS	NECESSIDADES COMPLEMENTARES	TIPOLOGIA DE INICIATIVAS E PROJECTOS	RESULTADOS	% DAS VERBAS FEADER
1 - INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO DE PROXIMIDADE EM MEIO RURAL	Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, digitais...) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do setor, designadamente jovens agricultores e empresários rurais Promover os serviços de proximidade em meio rural junto dos destinatários do tecido socioeconómico	COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e a sua integração no mercado COE8N3 - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	PTOTN3 – melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do setor, designadamente jovens agricultores PTOTN1 – Incentivar a transição digital na agricultura PTOTN2 – Promover a cooperação entre o sistema I&D e o setor agrícola e florestal, nomeadamente desenvolvimento de produtos e processos	- Acções de informação e sensibilização - Acções de capacitação de agricultores e outros agentes económicos locais - Apoio e aconselhamento técnico de proximidade	R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos; R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	5
2 - COMPETITIVIDADE AGRÁRIA E SOCIECONÓMICA E ADAPTAÇÃO À TRANSIÇÃO (CLIMÁTICA,	Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e a sua integração no mercado	COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e a sua integração no mercado COE8N2 – Apoio à valorização dos recursos endógenos	PTOE4N1 – Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícola e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas designadamente de eventos climáticos adversos	- Apoio aos pequenos investimentos nas explorações agrícolas - Apoio ao pequeno investimento agroalimentar	R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	40

ENERGÉTICA, DIGITAL)	Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícola e florestais Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria Melhorar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais;	através de atividades como o turismo nas zonas rurais, artesanato, cinegética e pesca em águas interiores COE8N4 – Incentivar a Bioeconomia e economia circular	PTOE4N2 – melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria PTOTN1 – Incentivar a transição digital na agricultura	- Apoio ao investimento nas microempresas em meio rural	R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW) R37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	
3 - SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA E ALIMENTAR	Dinamizar a organização da cadeia de abastecimento em circuito curto e valorizar os produtos locais de qualidade diferenciada Aumentar a resiliência e sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola e alimentares	COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e a sua integração no mercado COE8N3 – Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	PTOE4N2 – melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria COE9N5 – Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente, através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (ex – através de contratação pública) COE2N1 – valorizar os produtos de qualidade diferenciada	Apoio a projectos que promovam a comercialização em circuito curto Dinamização de boas-práticas e apoio a projectos de alimentação equilibrada e sustentável Incentivo à implementação de sistemas alimentares locais sustentáveis Dinamização de boas-práticas e projectos de mitigação e adaptação climática, economia circular e bioeconomia ligados à alimentação	R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;	10

4 - VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Promover a diversificação de atividades na exploração agrícola Promover a gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem e lazer Incentivar a bioeconomia e economia circular Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas de maior ruralidade Dinamizar o turismo, o artesanato e outros activos endógenos	COE8N2 – Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades como o turismo nas zonas rurais, artesanato, cinegética e pesca em águas interiores COE8N5 – Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem e lazer COE8N6 – Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade COE8N4 – Incentivar a Bioeconomia e a economia circular	COE1N5 - Promover a diversificação de atividades na exploração agrícola COE6N4 – melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade COE6N5 – Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais COE6N6 – Promover uma gestão multifuncional dos espaços agrícolas e florestais incluindo as atividades cinegéticas no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas	- Apoio a projectos de diversificação de actividades nas explorações agrícolas - Apoio a projectos de valorização florestal - Apoio a projectos de preservação e valorização do património rural (ex. Planos de Valorização de Aldeias, Aldeias Inteligentes) - Apoio a projectos de preservação, valorização e divulgação do património cultural, material e imaterial	R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas R.17 - Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	25
5 - DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E DA ANIMAÇÃO	Promover os serviços básicos nas zonas rurais Incentivar o associativismo e o empreendedorismo em meio rural	COE8N3 - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) COE8N7 – Aproximar os níveis de empregabilidade e de	COE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	- Apoio a serviços de base local e de proximidade - Apoio ao associativismo local e ao empreendedorismo - Acções de promoção e marketing territorial	R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	15

TERRITORIAL EM MEIO RURAL	Promover e divulgar o potencial endógeno	direção empresarial entre géneros	PTOTN1 – Incentivar a transição digital na agricultura		R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	
6 - PROMOÇÃO DO TRABALHO COLABORATIVO, EM PARCERIA E EM COOPERAÇÃO	Dinamizar as parcerias, o envolvimento dos agentes locais na EDL e as ações de cooperação	COE8N3 - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	PTOTN4 - Estruturar conhecimento e assegurar a sua transferência que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente: técnico, socioeconómico e ambiente (recursos naturais, alterações climáticas e biodiversidade) PTOTN3 – melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do setor, designadamente jovens agricultores	- Ações de dinamização de parcerias e do trabalho colaborativo - Ações de cooperação interterritorial e transnacional	R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	5

QUADRO RESUMO

RESULTADOS	ENFOQUE TEMÁTICO	% DE ALOCAÇÃO DE VERBAS FEADER
R.9 - Modernização das explorações a...	INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO DE PROXIMIDADE EM MEIO RURAL	2.50 %
	COMPETITIVIDADE AGRÁRIA E SOCIECONÓMICA E ADAPTAÇÃO À TRANSIÇÃO (CLIMÁTICA, ENERGÉTICA, DIGITAL)	20.00 %
	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	15.00 %
R.10 - Melhor organização da cadeia de...	SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA E ALIMENTAR	10.00 %
R.15 - Energia renovável proveniente da...	COMPETITIVIDADE AGRÁRIA E SOCIECONÓMICA E ADAPTAÇÃO À TRANSIÇÃO (CLIMÁTICA, ENERGÉTICA, DIGITAL)	5.00 %
R.17 - Solo florestado: Área apoiada pa...	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	2.50 %
R.18 - Apoio ao investimento no setor fl...	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	2.50 %
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas r.	COMPETITIVIDADE AGRÁRIA E SOCIECONÓMICA E ADAPTAÇÃO À TRANSIÇÃO (CLIMÁTICA, ENERGÉTICA, DIGITAL)	5.00 %
	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	2.50 %
	DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E DA ANIMAÇÃO TERRITORIAL EM MEIO RURAL	2.50 %
R.39 - Desenvolver a economia rural: Nú...	COMPETITIVIDADE AGRÁRIA E SOCIECONÓMICA E ADAPTAÇÃO À TRANSIÇÃO (CLIMÁTICA, ENERGÉTICA, DIGITAL)	10.00 %
	DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E DA ANIMAÇÃO TERRITORIAL EM MEIO RURAL	10.00 %
R.40 - Transição inteligente da econom...	VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	2.50 %
R.41 - Interligar a Europa rural: popula...	INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO DE PROXIMIDADE EM MEIO RURAL	2.50 %
	PROMOÇÃO DO TRABALHO COLABORATIVO, EM PARCERIA E EM COOPERAÇÃO	5.00 %
R.42 - Promover a inclusão social: Núm...	DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E DA ANIMAÇÃO TERRITORIAL EM MEIO RURAL	2.50 %
TOTAL		100.00%

NECESSIDADES PRINCIPAIS

COE8N1 – Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e a sua integração no mercado

COE8N2 – Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades como o turismo nas zonas rurais, artesanato, cinegética e pesca em águas interiores

COE8N5 – Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem e lazer

COE8N6 – Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade

COE8N7 – Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros

COE8N4 – Incentivar a bioeconomia e a economia circular

COE8N3 – Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)

NECESSIDADES COMPLEMENTARES

COE1N5 - Promover a diversificação de atividades na exploração agrícola

COE2N1 – Valorizar os produtos de qualidade diferenciada

PTOE4N1 – Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícola e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas designadamente de eventos climáticos adversos

PTOE4N2 – melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria

COE6N4 – melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade

COE6N5 – Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais

COE6N6 – Promover uma gestão multifuncional dos espaços agrícolas e florestais incluindo as atividades cinegéticas no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas

COE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais;

COE9N5 – Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente, através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (ex – através de contratação pública)

PtOTN1 – Incentivar a transição digital na agricultura

PtOTN2 – Promover a cooperação entre o sistema I&D e o setor agrícola e florestal, nomeadamente desenvolvimento de produtos e processos

PtOTN4 – Estruturar o conhecimento e assegurar a sua transferência que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes, nomeadamente, técnico, socioeconómicos recursos naturais, alterações climáticas e biodiversidade)

PtOTN3 – Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do setor, designadamente jovens agricultores

RESULTADOS

R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos;

R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;

R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW);

R.17 - Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição

R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC

R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC

R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas

R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC

R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados